

No Rio, escolaridade não significa bom salário

IBGE: apesar do mesmo número de anos de estudo, trabalhadores cariocas ganham menos do que os de SP e DF



JEFFERSON PEDRO da Silva, na loja de conveniência na qual trabalha: "Com curso superior ganharei mais"

Flávia Barbosa

• A alta escolaridade dos trabalhadores ocupados do Rio de Janeiro não é tão bem remunerada quanto a dos trabalhadores de São Paulo e Brasília, que têm, junto com a região metropolitana fluminense, a elite dos profissionais empregados no Brasil. É o que revela a síntese dos Indicadores Sociais dos anos 90, divulgada anteriormente pelo IBGE.

Entre os trabalhadores com mais de 10 anos, a média de estudos é de 8,3 anos, nas regiões metropolitanas do Rio e de São Paulo, e de 8,6 no Distrito Federal, as mais elevadas do país, onde a média

está em 6,3 anos. A distorção de remuneração é maior e se acentua na década entre os trabalhadores que ganham mais e, possivelmente, têm escolaridade mais elevada.

Trabalhador com renda mais alta tem maior desajuste

Em 1992, o rendimento médio dos trabalhadores do grupo dos 10% mais ricos do Rio era de R\$ 2.261, enquanto a média de São Paulo e Distrito Federal era de R\$ 2.655, 17,4% maior. Em 1999, a diferença subiu para 32,5%, entre a média de R\$ 2.951 no Rio e a média de R\$ 3.951 nas outras regiões.

No grupo dos 40% mais pobres, a desigualdade é menor,

mas também cresceu. A média dos salários de São Paulo e Distrito Federal passou de R\$ 163 para R\$ 228. A trajetória no Rio foi de R\$ 145 para R\$ 200, com a diferença pulando de 12,1% para 13,9%.

— O Rio viveu, após Brasília tornar-se capital e a fusão, um esvaziamento econômico que reduziu a oferta de empregos na administração pública e nas indústrias. Isso limitou a capacidade de os trabalhadores exigirem salários melhores. A cidade está se recuperando, mas ainda não foi no ritmo suficiente — explica Marcelo Neri, chefe do Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas. ■

Distribuição de renda não se alterou desde 92

Economia estagnada reduziu margem para aumento de salário

• Marcelo Neri diz que a participação do Rio na renda nacional caiu durante 20 anos, reflexo da estagnação, e a participação no patrimônio público caiu de 65%, em 80, para 48%, em 91: a margem para equiparar os salários às outras duas regiões encolheu. Ele lembra que, aparentemente, o trabalhador do Rio abre mão de um salário maior para ficar na cidade, pois o fluxo de migração é baixo. A menor oferta de emprego pode estar, também, empurrando os qualificados para empregos abaixo de seu nível, reduzindo os salários.

Estudante universitário trabalha como atendente

Cursando comunicação social, Jefferson Pedro da Silva, de 24 anos, trabalha como atendente numa loja de conveniência e ganha R\$ 400. Ele reconhece que seu nível de instrução é maior do que exige sua ocupação. Mas tem esperança de crescer profissionalmente.

— Com o curso superior concluído ganharei mais porque terei mais oportunidades.

A apropriação dos rendimentos do trabalho mudou pouco. Os 50% mais pobres ficavam com 16% do total, em 92, e com 15,4%, em 99. O 1% mais rico caiu de 12,2% para 11,6%. Embora signifique que a classe média aumentou sua participação, não foi suficiente para alterar a distribuição de renda: o índice de Gini caiu de 0,534 para 0,531. Quanto mais próximo de 1, pior o indicador. ■

Mortalidade: Rio tem a 7ª menor taxa do país

Escolarização de crianças entre 7 e 14 anos subiu para 96,8%

• A taxa de mortalidade infantil no estado do Rio seguiu a trajetória da do resto do país e recuou entre 1992 e 1999, de 29,2 crianças por mil nascidas para 24,4. No Brasil, a queda foi de 44,3 para 34,6. Mas o IBGE aponta que os esforços foram menores do que os de outros estados: o Rio caiu da quinta para a sétima posição no ranking (a menor taxa é a do Rio Grande do Sul, 18,4).

Entre os óbitos de jovens de 15 a 19 anos, as causas externas — homicídios e acidentes — respondem por 73,7% (estava em 74,3% em 92). No Brasil, a proporção subiu de 63% para 68%.

O estado foi bem sucedido na política de escolarização: houve crescimento do número de crianças na escola em todas as faixas de idade. Entre 7 e 14 anos, chegou a 96,8%, um ponto acima da média brasileira. Também foram expressivos os indicadores entre 15 e 17 anos (de 67% para 81%) e entre 18 e 19 anos (de 38% para 55%). ■